O financiamento ao comércio em tempos de crise

Perla Buenrostro*

Cerca de 90% das operações comerciais do dia-a-dia são financiadas com instrumentos de crédito de curto prazo, segundo estimativas da Organização Mundial do Comércio (OMC). A carência de fundos e de confiança nos mercados produz, portanto, impacto fortemente negativo nos países em desenvolvimento (PEDs).

As transações que tornam possível que o trigo argentino ou as frutas chilenas cheguem a seus destinos estão sofrendo impactos da crise financeira. A OMC anunciou que a falta de liquidez para financiar o comércio ascendeu a US$ 25 bilhões – problema que governos e instituições internacionais buscam solucionar.

Em uma transação comercial habitual, com exportadores e importadores em distintas partes do mundo e carregamentos que podem levar dias para chegar ao destino, os bancos ou entidades especializadas em financiamento ao comércio exercem a função de garantidores de pagamento por meio de cartas de crédito ou outros instrumentos, em troca do recebimento de um prêmio pelo risco da operação.

A incerteza atual tem, no entanto, restringido a disponibilidade de cartas de crédito, diminuindo, por conseguinte, os níveis de intercâmbio comercial, produção industrial e emprego[1]. As cartas de crédito estão três vezes mais custosas que há um ano, segundo divulgado pela Agência Reuters em outubro passado. Em outros casos, os bancos estão deixando de avalizar títulos de crédito para não se depararem com o inadimplemento, o que é mais frequente ao se tratar de mercadorias com preços voláteis.

As cartas de crédito são hoje em dia três vezes mais caras que há um ano atrás, de acordo com os dados da Reuters. Além disso, os bancos não estão avalizando as operações com vistas a reduzir o risco de inadimplência; isso é mais grave ainda para o caso de bens que estão sujeitos a uma oscilação maior de preços. O financiamento ao comércio, que se caracteriza por ser um dos tipos de financiamento mais seguros em função de seu vencimento em curto prazo, foi um dos primeiros setores afetados pela retirada da oferta creditícia dos bancos. Assim sendo, as cifras do comércio mundial anual – que equivalem a US$ 4 bilhões – estão vacilantes, não sendo possível prever o momento de sua estabilização.

Nesse sentido, o Banco Mundial prevê queda – a primeira desde 1982 – de 2,1% nos volumes de exportação em 2009, enquanto o Fundo Monetário Internacional (FMI) calcula que o crescimento mundial deste ano será de apenas 0,5%, o mais baixo desde a Segunda Guerra Mundial.

A resposta de organismos internacionais e regionais

Esta delicada problemática fez soar o alarme de diversos organismos internacionais, dos governos e, logicamente, dos exportadores e importadores.

Embora não tenha competência direta para tratar do financiamento ao comércio, a OMC assumiu há alguns anos o papel de facilitador na discussão sobre os efeitos da crise por meio do Grupo de Trabalho sobre Comércio, Dívida e Finanças e, em um contexto mais amplo, da Iniciativa de Ajuda para o Comércio (*Aid for Trade*). Com esta missão em mente – e devido à convocação inicial do Brasil –, Pascal Lamy, Diretor-Geral da OMC, congregou no último 12 de novembro especialistas e representantes de bancos internacionais, entre outros, com vistas a encontrar soluções para a questão. A conclusão do debate apontou para o papel preponderante das instituições internacionais e das agências de crédito à exportação como fatores da retomada do comércio mundial.

O Banco Mundial, por sua vez, duplicou os fundos destinados ao seu programa de financiamento para o comércio por meio da Corporação Financeira Internacional, chegando à cifra de US$ 3 bilhões[2].

Outros atores, como o G-20, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Foro de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC, sigla em inglês), fizeram eco à defesa da ajuda ao comércio em suas mais recentes reuniões e atividades. O FMI está fazendo o mesmo: seus trabalhos serão eventualmente revisados, para que responda melhor às necessidades atuais de seus clientes, seja mais célere e funcione como uma espécie de Banco Central mundial.

Em outras instâncias, os bancos regionais de desenvolvimento estão injetando capital nos bancos comerciais ou outorgando diretamente facilidades de crédito por meio de seus programas de facilitação ao comércio. Isso tem acontecido na Europa e na Ásia. Na América Latina, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Corporação Andina de Fomento (CAF) assumiram a liderança para fazer frente à carência de fundos. O BID anunciou, no início de fevereiro, que incrementaria o limite de seu Programa de Facilitação de Financiamento ao Comércio Exterior de US$ 400 milhões a um total máximo de US$ 1 bilhão[3]. A CAF, por sua vez, comunicou em outubro a criação de uma linha de crédito contingente de liquidez de US$1,5 bilhão[4].

Contudo, o conjunto de medidas adotadas até o momento não parece combater completamente a problemática. Em vários fóruns, prevalece a preocupação de que a crise não venha a afetar o crédito nos PEDs. A título de exemplo, o Comitê Consultivo de Mercados Emergentes do Instituto de Finanças Internacionais, que agrupa altos executivos de instituições financeiras, pretende influir na atuação do FMI e do Banco

Mundial e conferir ao G-20 maior presença no contexto de uma reforma do sistema financeiro internacional.

Em sua reunião de novembro passado, o próprio G-20 recebeu a proposta do Presidente da Indonésia, Bambang Yudhoyono, para a criação do Fundo Global de Apoio às Despesas (*Global Expenditure Support Fund*). Os recursos do Fundo seriam fornecidos pelos Membros do Grupo e seriam concedidos aos países com problemas financeiros e cujo comprometimento com o desenvolvimento e o combate à pobreza sejam evidentes.

Um fundo desse tipo seria adequado não somente para evitar complicações de financiamento ao comércio nos PEDs, mas também para assegurar um crescimento sustentável nos próximos dois ou três anos de crise. Mesmo que o Fundo não venha a atender à vasta lista de países cuja balança comercial está sendo diretamente afetada pela crise, já é uma ação complementar àquelas dos organismos internacionais e regionais.

O papel das agências de exportação e dos governos

As agências de crédito à exportação aumentaram em 30% suas atividades comerciais nestes últimos meses, na tentativa de reduzir os efeitos da crise econômica. Segundo informações da OMC, as referidas agências desempenham, inclusive, papel preponderante em relação às instituições internacionais.

Tais entidades – de natureza pública ou privada –, associadas aos pacotes gerais de medidas que estão sendo adotados pelos governos no esforço de reduzir os impactos provocados pela crise, seriam estratégicas para que os setores exportadores – e o conjunto de empregos associados – sofram os menores danos possíveis. Não obstante, algumas experiências na América Latina ilustram que não se sabe ao certo a efetividade dessa intervenção, ao menos no que diz respeito ao papel das agências de exportação.

Na Argentina, no início de dezembro de 2008, foi anunciado que o Banco de Investimento e Comércio Exterior apoiaria o pré-financiamento de exportações e de capital de trabalho do campo com cerca de US$ 497 milhões. Anunciou-se também a redução em cinco pontos percentuais dos impostos à exportação (*retenciones*) incidentes sobre o comércio de trigo e milho, entre outras medidas. Todavia, a Federação Agrária Argentina (FAA) estimou que tais medidas são insignificantes e não resolvem os graves problemas do setor agropecuário. De fato, as cifras não trazem grande alento ao país: as exportações registraram queda de 36% em janeiro deste ano, sendo o trigo e o óleo de soja os setores mais afetados, com quedas nos volumes de exportação na ordem de 80 e 60%, respectivamente.

No Chile, a situação não é diferente, pois, apesar de o governo ter aumentado os recursos da Corporação de Fomento à Produção (CORFO), encarregada de apoiar exportadores mediante diferentes instrumentos, as exportações chilenas caíram 41,3% em janeiro, em comparação com o mesmo mês do ano anterior, conforme reportou o Banco Central daquele país.

O Brasil, por sua vez, tomou uma série de ações com vistas a não permitir a queda no volume de suas exportações. Tais medidas estendem-se da injeção de liquidez por meio da venda de US$ 276 milhões com compromisso de recompra em janeiro à assinatura de um acordo de empréstimo com o Banco Mundial, em fevereiro, no qual se previa a concessão de US$ 60 milhões adicionais ao Unibanco, a fim de atender às necessidades dos exportadores. Desde outubro, o governo Lula ordenou ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aumentar em R$ 5 bilhões as linhas de financiamento.

Apesar das declarações do Presidente Lula – segundo as quais não haveria país mais preparado para a crise do que o Brasil – houve, em dezembro, queda de 12,4% de sua produção industrial, a pior desde 1991. Assim mesmo, segundo dados do Banco Central brasileiro, as exportações foram reduzidas em 26% em janeiro de 2009.

Talvez uma das exceções na América Latina seja o Peru, que em 2008 experimentou crescimento recorde de 9,84%. As medidas fiscais e monetárias adotadas pelo governo fizeram com que os efeitos da crise não fossem sentidos no momento, mesmo que o Ministério da Economia peruano preveja queda de 20% nas exportações em 2009.

Os esforços são suficientes?

Certamente a demanda do comércio por financiamento não foi atendida por completo: ainda resta muito a fazer. Nos planos regional e internacional existe uma tendência de colaborar para sanar a falta de liquidez, e medidas estão sendo tomadas nessa direção. Ainda são necessários maiores esforços nos PEDs, sobretudo levando-se em conta que países como os Estados Unidos da América (EUA) e a China ofereceram recursos e criaram fundos de US$ 20 bilhões para este fim.

A contração dos mercados, o baixo consumo e a tendência – ainda que tênue – em direção ao protecionismo estão enfraquecendo o curso normal das transações comerciais. Os governos, incluídas as agências de exportação, devem continuar a empreender esforços pela regularização das operações de crédito e pela manutenção dos níveis de exportação e de competitividade, até a medida possível.

Conforme advertiu Pascal Lamy, caso não se mobilizem todos os agentes e recursos capazes de responder à carência de financiamento ao comércio, a contração deste e da produção poderia se agravar na única parte do mundo em que as previsões ainda apontam taxas positivas de crescimento em 2009 – os PEDs.

* Coordenadora editorial da Revista *Puentes*, ICTSD.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Puentes Vol. 10, No. 1, março de 2009*.

1 A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que a crise poderia gerar 50 milhões de desempregados até o final de 2009. Ver *Global Employment Trends: January 2009*, OIT, Genebra, 2009.

2 Adicionalmente, pôs em marcha um fundo para a recapitalização de bancos pequenos em dificuldades, no qual investiria US$ 3 bilhões.

3 Cifras do BID. Mais informação sobre seu Programa de Facilitação do Financiamento ao Comércio Exterior em <www.iadb.org>. O BID também comunicou a criação de uma nova modalidade de liquidez de desembolso rápido de US$ 6 bilhões para os países da região.

4 A CAF também anunciou um incremento de US$ 500 milhões (chegando a US$ 2 bilhões) para as linhas de crédito regulares que essa instituição oferece ao sistema financeiro da região.